



EXPEDIENTE DE JULGAMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO

REF.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2024

Proc. Adm. nº 2357/2022

Objeto: SERVIÇO DE COLETA E DESTINAÇÃO FINAL DE RSS E MEDICAMENTOS VENCIDOS

RECORRENTE: SERVIOESTE SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA

RECORRIDA: MKM DE SUMIDOURO COMERCIO DE SUCATA E RECICLAGEM LTDA.

I – DA TEMPESTIVIDADE E DO JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE

A interposição de Recurso Administrativo pela Recorrente SERVIOESTE SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA está em conformidade com os requisitos de Admissibilidade, Legitimidade da Parte, Tempestividade, Interesse Recursal e Forma, disposto no item 10 do Edital de Pregão Eletrônico nº 030/2024.

Verifica-se também a tempestividade da peça ora apresentada, motivo pelo qual, entende-se que o Recurso impetrado deve ser conhecido.

Ademais, resta comprovado que prazo igual tiveram as demais empresas interessadas para apresentar suas Contrarrazões, em respeito aos Princípios do Contraditório e da Ampla Defesa, perpetrado pelo Art.º 5º, inciso LV da Constituição Federal de 1988, todavia, apenas a MKM DE SUMIDOURO COMERCIO DE SUCATA E RECICLAGEM LTDA. apresentou manifestação.

II – DAS RAZÕES RECURSAIS DA RECORRENTE.

Em um resumo sintetizado, a Licitante SERVIOESTE SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA, interpôs recurso alegando o seguinte:

Durante a fase de habilitação, constatou-se que a referida empresa apresentou diversas falhas graves na documentação exigida pelo edital, comprometendo a sua regularidade para participar do certame. As inconsistências observadas na documentação indicam um descumprimento dos requisitos mínimos de habilitação, evidenciando a falta de conformidade com as exigências legais e editalícias.

Essas irregularidades prejudicam o caráter competitivo e isonômico do processo licitatório, configurando uma afronta aos princípios da legalidade, igualdade e competitividade que devem nortear a condução dos certames públicos. Diante disso, a manutenção da decisão que declarou a empresa MKM DE SUMIDOURO COMÉRCIO DE SUCATA E RECICLAGEM LTDA-ME como vencedora do certame compromete a lisura e a transparência do procedimento, além de causar prejuízo aos demais licitantes que atenderam corretamente às exigências do edital.

DAS IRREGULARIDADES:

- DO VALOR INEXEQUÍVEL DA PROPOSTA
- DA INABILITAÇÃO POR FALTA DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

III – DAS ALEGAÇÕES DA RECORRIDA.

Em suas contrarrazões, a Recorrida MKM DE SUMIDOURO COMÉRCIO DE SUCATA E RECICLAGEM LTDA-ME, informa atender na íntegra às exigências do Edital, conforme ponderado no referido documento.



IV – DO JULGAMENTO E DECISÃO

Em consideração ao direito de petição, constitucionalmente resguardado, passa-se a análise dos fatos ventilados na intenção de recurso manifestado na sessão de julgamento.

Cumpram destacar, por oportuno, que o PREGOEIRO realizou o julgamento do procedimento licitatório de acordo com os parâmetros delineados no edital e conforme as exigências de documentos e disposições previstas no ato convocatório, bem como observou os Princípios Constitucionais (Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência) e os Princípios Específicos (Competitividade, Isonomia, Vinculação ao Instrumento Convocatório, Procedimento Formal e Julgamento Objetivo).

Vejamos ponto a ponto as ponderações da recorrente:

DO VALOR INEXEQUÍVEL DA PROPOSTA

O item 8.4 do edital prevê o seguinte:

8.4 No caso de fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, haverá indício de inexequibilidade quando as propostas comerciais contiverem valores inferiores a 50% do valor orçado pela Administração conforme preconiza a IN – Seges/ME 73/2022, concomitante com os Acórdãos 465/2024 e 948/2024 - Plenário TCU.

Ocorre que, após a desclassificação da 1ª colocada e consequente aceitação da proposta da empresa detentora da 2ª melhor oferta, foi identificado que a mesma se encontrava com pouco menos de 50% de economia em relação ao valor estimado, sendo assim não havendo a obrigatoriedade da exigência de exequibilidade de proposta, entretanto a empresa recorrida, a fim de comprovar a exequibilidade de sua proposta, apresentou a referida declaração juntamente de sua proposta final concomitante com a devida planilha de custos.

Cumpram ressaltar que não é razoável que o Pregoeiro e comissão julguem uma proposta inexequível, sem ao menos dar a oportunidade à empresa vencedora de apresentar documentos que comprovem a exequibilidade de sua proposta. Como diz a lição de MARÇAL JUSTEN FILHO: “É possível a comprovação de execução do contrato, ainda que ínfimo o valor da proposta”. Considerando a proposta final apresentada, não é lícito a Administração Pública presumir que o preço ofertado pela empresa é inexequível, pois não há norma que fixe ou limite o percentual de lucro das empresas, de forma que atuar com margem de lucro mínima não encontra vedação legal, dependendo da estratégia comercial da empresa, não conduzindo, necessariamente, à inexecução da proposta.

Ainda sobre o tema, podemos destacar o acórdão 3092/2014-Plenário TCU:

“A proposta de Licitante com margem de lucro mínima ou sem margem de lucro não conduz, necessariamente, à inexequibilidade, pois tal fato depende de estratégia comercial da empresa. A desclassificação por inexequibilidade deve ser objetivamente demonstrada, a partir de critérios previamente publicados, após dar a licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade de sua proposta.”



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMIDOURO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Por fim, podemos concluir que os valores e informações constantes da proposta dos fornecedores, são de exclusiva responsabilidade dos mesmos, não cabendo ao Pregoeiro e Comissão, presumirem neste caso uma inexecução por exemplo. Caso ocorra o descumprimento das obrigações preconizadas no instrumento convocatório, neste caso, compete a Administração Pública o dever de notificar a contratada e proceder com os demais tramites e possíveis sanções administrativas.

• **DA INABILITAÇÃO POR FALTA DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

Com relação à Qualificação Técnica apresentada pela empresa, o Pregoeiro e comissão atestam a validade do mesmo por entender seu pleno atendimento ao item 9.3.10 do edital:

9.3.10 Comprovação de qualificação hábil para fornecimento dos produtos e/ou prestação de serviços, objeto desta licitação, constituído por declaração (ões) concedida (s) por pessoa (s) jurídica (s) de direito público ou privado, **atestando que a licitante prestou serviços semelhantes aos do objeto desta licitação.**

Ressalta-se que o instrumento convocatório não traz a exigência de comprovação em atestado de capacidade técnica de "PARCELA DE MAIOR RELEVÂNCIA". Sendo assim, com fundamento nos princípios da vinculação ao instrumento convocatório e julgamento objetivo, apenas o que deve ser analisado no atestado de capacidade técnica seria se o mesmo contém serviços de natureza similar conforme podemos observar no texto evidenciado acima.

No que tange ao questionamento sobre o documento emitido pela Vigilância Sanitária Municipal, informa-se que o referido setor destaca apenas a atividade principal em seus documentos, não informando todos os CNAE's secundários, os quais constam que a empresa recorrida possui objeto pertinente, conforme podemos observar em seu cartão CNPJ e demais documentos técnicos como a LO emitida pelo órgão competente (INEA).

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 07.692.085/0001-65 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 04/11/2005
NOME EMPRESARIAL MKM DE SUMIDOURO COMERCIO DE SUCATA E RECICLAGEM LTDA.		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) MKM SUSTENTABILIDADE E SAUDE		PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 49.30-2-02 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 38.11-4-00 - Coleta de resíduos não-perigosos 38.12-2-00 - Coleta de resíduos perigosos 38.21-1-00 - Tratamento e disposição de resíduos não-perigosos 38.22-0-00 - Tratamento e disposição de resíduos perigosos 38.32-7-00 - Recuperação de materiais plásticos 38.39-4-01 - Usinas de compostagem 38.39-4-99 - Recuperação de materiais não especificados anteriormente 39.00-5-00 - Descontaminação e outros serviços de gestão de resíduos		



MKM DE SUMIDOURO COMÉRCIO DE SUCATA E RECICLAGEM LTDA

CPF/CNPJ: 07.692.085/0001-65

Endereço: EST. DA BOA VENTURA, S/N 1 - ZONA RURAL - SUMIDOURO - RJ

Objeto:

Aprova a operação da atividade de coleta e transporte de resíduos sólidos urbanos (Lixo), resíduos de construção civil das classes A, B, C (Resolução CONAMA 307/2002), resíduos de comércio e serviços (RCS), resíduos recicláveis, resíduos não perigosos de origem industrial (lixeiros, veículos ou caçambas), resíduos não perigosos Classe IIA e IIB (NBR 10.004/200), resíduos provenientes de sistemas de tratamento, coletores de esgoto sanitário e rede de drenagem pluvial, resíduos de serviço de saúde (RSS) – Classes A, B, D e E (Conama 358/2005), e resíduos perigosos Classe I (NBR 10.004/2004).

Com relação ao questionamento levantado sobre a data de comprovação de vínculo com demais empresas responsáveis por parte da execução do contrato, conforme preconiza o instrumento convocatório, cabe ressaltar que a empresa recorrida somente fora convocada a apresentar seus documentos habilitatórios na data de 18/09/2024, e que, na oportunidade, a mesma demonstrou encontrar-se devidamente habilitada apresentando todos os documentos exigidos em edital sem qualquer ressalva.

Dito isto, após reavaliação da proposta e documentos apresentados pela empresa recorrida, constatou-se que a mesma atendeu na íntegra às exigências do instrumento convocatório, no que tange à documentação de habilitação bem como no que se refere à exequibilidade de sua proposta.

Face ao exposto, o PREGOEIRO ratifica os termos constantes da ata de julgamento referente ao processo administrativo 2357/2022 (EDITAL PE 030/2024), confirmando a decisão que foi proferida em 18/09/2024 na sua totalidade com a respectiva classificação da proposta e habilitação do licitante que apresentou a 2ª melhor oferta, tendo em vista a desclassificação do 1º colocado que ocorreu no julgamento da 1ª fase de recursos, e da declaração de vencedora do certame a empresa MKM DE SUMIDOURO COMERCIO DE SUCATA E RECICLAGEM LTDA.

À consideração da Autoridade Administrativa Superior para apreciação e decisão, tendo em vista ser sua a competência recursal, observados o Princípio do Duplo Grau de Jurisdição e o de Segregação de Funções, conforme preceitua o art. 165, § 2º da Lei Federal nº 14.133/21.

Sumidouro, 01 de outubro de 2024.

Thiago Bandeira de Gouvêa Marques
Pregoeiro

RATIFICO nos termos artigo 165, parágrafo 2º, da Lei nº 14.133/21 a decisão a mim submetida, mantendo-a irreformável pelos seus próprios fundamentos.

Maria Luiza Ferreira Barbosa
Secretária Municipal de Saúde